



Economia
Piauiense
da pecuária ao extrativismo

Teresinha Queiroz



EDITORA GRÁFICA DA UFPI

TERESINHA QUEIROZ

**ECONOMIA PIAUIENSE
DA PECUÁRIA AO EXTRATIVISMO**

TERESINA
2006

Copyright 1993 © Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz

Digitação
Telma Ferraz Leal

Revisão
Aírton Sampaio de Araújo
Maria do Socorro Rios Magalhães

Projeto Gráfico e Capa
Paula Cardoso

Impressão
Editora Gráfica da UFPI

Queiroz, Teresinha
Q3e Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo /
Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz.- 3. ed. rev. /
Teresina: EDUFPI, 2006.
58 p.

1. Piauí - Economia - História. I Título

CDD - 3030.981.22

CDU - 33(812.2)(091)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 INTEGRAR E EXPORTAR	13
3 A PECUÁRIA	19
4 AGRICULTURA: subsistência e exportação	25
5 SOB O DOMÍNIO DO EXTRATIVISMO	31
5.1 Borracha de maniçoba	31
5.2 Cera de carnaúba	38
5.3 Babaçu	47
6 CONCLUSÕES GERAIS	51
REFERÊNCIAS	57

1 INTRODUÇÃO

Este texto foi escrito em 1991 como proposta de subcapítulo de tese de doutorado em andamento¹, que deveria responder a lacuna observada por membros da banca do Exame de Qualificação, realizado em julho de 1990. Elaborado e enviado para apreciação da orientadora, Dra. Maria Beatriz M. Nizza da Silva, foi considerado muito específico, além do que a linguagem não estava em consonância com outros capítulos do trabalho em elaboração. A crítica veio acompanhada da sugestão de publicá-lo de forma independente.

A partir de 1992, ao voltar para a sala de aula no curso de graduação em História da Universidade Federal do Piauí (UFPI), vim a ministrar por alguns períodos a disciplina História do Piauí, utilizando este texto em versão datilografada, com cópias reproduzidas pelo sistema xerox. Já utilizava esse processo por cerca de três semestres, quando a professora Vilma Chiara, durante conversa informal no curso de Mestrado em Educação, tomou conhecimento do seu conteúdo e de seu uso. Daí até ela tomar posse do produto e colocá-lo em circulação por meio da Associação de Pesquisadores em Ciências Humanas (APeCH) foi um passo. Em outubro de 1993 come-

¹ A referida tese foi defendida em outubro de 1992 no Programa de Pós-graduação em História da Universidade de São Paulo e publicada com o título *Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. 304 p.

çava a circular a primeira de uma série de tiragens desse recurso didático.

Este estudo fundamenta-se em experiência iniciada com as primeiras pesquisas visando à elaboração de dissertação de Mestrado, cujo objetivo era compreender a importância da borracha de maníçoba na economia piauiense nas duas primeiras décadas do século XX.² Entre as descobertas mais relevantes propiciadas por essa pesquisa estavam as relativas às características e à natureza da transição pecuária-extrativismo, a meu ver, até aquela época pouco valorizadas e insuficientemente esclarecidas; a elucidação e a compreensão do funcionamento de um certo modelo de economia de subsistência, a partir daquele período discretamente associada ao mercado externo; e, especialmente as feições, peculiaridades e singulares de arranjos e rearranjos demográficos, econômicos, sociais e financeiros no âmbito do Estado.

A citada pesquisa demandou análise a um nível geral e agregado, tanto no que concerne aos produtos, como aos fluxos e a outras informações ligadas a unidades federadas distintas. As contraposições e contrastes em geral eram propiciados pela observação de ocorrências ligadas ao produto em foco.

Mudança de ângulo de interesse, agora com ênfase na variável ambiente, ocorreu a partir de pesquisa posterior sobre o semi-árido piauiense e sua organização socioeconômica.³ Modificou-se igualmente o nível da análise, que se tornou mais detalhada. Essa investigação, que fazia parte de um amplo trabalho de conjunto, permitiu realçar o ambiente e suas especificidades, mapeando e definindo áreas do ponto de vista das variáveis ambientais: solo, clima, etc....

² A dissertação foi defendida em 1984, no curso de Mestrado em História da Universidade Federal do Paraná e publicada com o título *A importância da borracha de maníçoba na economia do Piauí: 1900-1920*. Teresina: APL-EDUFPI, 1994. 179 p.

³ Os resultados da pesquisa estão consolidados no relatório *A economia piauiense de 1850 a 1950*. In: LIMA, Milcíades Gadelha de et al. *Projeto Delimitação e Regionalização do Brasil Semi-árido*. Teresina: CNPq-SUDENE, FUFPI, 1985.

As relações entre as condições físicas e a organização socioeconômica constituíam a questão chave do projeto, sem prejuízo do estudo, no tempo, de outras variáveis.

Aquela pesquisa, ao mesmo tempo referida a uma concreta realidade espacial, mas igualmente buscando as profundas e lentas alterações estruturais, remetia à consideração da inserção dessa economia em sistemas mais amplos e sua remissão a modelos econômicos, inicialmente mercantilista, posteriormente capitalista. Assim, no século XIX, parcela das vicissitudes por que passa a organização socioeconômica do Piauí pode ser interpretada como busca de um lugar na divisão internacional do trabalho, muito especialmente quando se trata de ações e propostas cujo conteúdo são as tentativas mais, ou menos bem sucedidas, de forjar uma unidade homogênea que mais camufla que realça profundas diferenças regionais.

As pesquisas desenvolvidas, sobretudo entre 1977⁴ e 1985, trataram especialmente das características e da natureza desses lentos rearranjos na Província/Estado, tanto em suas relações com o âmbito regional quanto na dimensão dos intercâmbios locais. Evidências dessas alterações, por vezes muito sutis, foram fornecidas pelos dados demográficos.

Ao longo desses anos foi permanente o contato com fontes primárias arquivais e com a bibliografia, incluindo o exame de fontes oficiais em níveis provincial, estadual, municipal, federal, e ainda de relatórios das diversas instituições interventoras. As análises de natureza quantitativa tiveram como base informações oficiais e privadas, incluindo receitas, despesas, exportação, importação, impostos municipais, estaduais e federais; produção, consumo, produtividade. A análise qualitativa teve como

⁴ Aqui me refiro especificamente à experiência como pesquisadora no âmbito do Projeto Levantamento de Fontes para a História da Agricultura do Norte e Nordeste (PLEFANN), coordenado no Piauí por Manuel Domingos Neto e Geraldo Almeida Borges, fruto de convênio entre Fundação Getúlio Vargas (FGV), Ministério da Agricultura (MA) e Coordenação Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA). Nesse projeto, trabalhei exaustivamente com documentação referente à ocorrência de secas no Piauí.

suporte a utilização de registros bibliográficos gerais e específicos sobre Brasil, Piauí, Nordeste, concernentes a produtos como a borracha, o babaçu, a carnaúba; a assuntos delimitados, como pecuária, ambiente, além de informações agrônômicas diversas. Realizou-se igualmente a avaliação de relatórios de pesquisas tanto gerais quanto por produtos específicos e a consulta a catálogos bibliográficos diversos.

Este livro contempla, em suas grandes linhas, um século dos desdobramentos da história econômica do Piauí: a segunda metade do século XIX, marcada pela associação entre a pecuária e a economia agrícola de subsistência, com eventual presença de uma brecha para produção e exportação de gêneros, como o algodão, e a primeira metade do século XX, que pode ser definida como de dominação do extrativismo vegetal, ainda em associação com a agricultura de subsistência.

Ao tratar da pecuária, o realce foi dado à continuidade da ocupação do território, ao processo de conquista e perda do mercado regional, à relevância de seus subprodutos, às relações com a agricultura de subsistência. Procurou-se deslindar a natureza dessa expansão, o grau de dependência/articulação com os mercados, a liberação de mão-de-obra, a importância da atividade para a formação da renda interna, para a composição das receitas públicas e a dependência do Estado a essa atividade, desde que o tributo público principal era o dízimo sobre o gado vacum e cavalari.

Ao longo da primeira metade do século XX ocorre a inserção do Piauí no mercado externo, realizando-se projeto que vinha do século XIX e que está meridianamente delineado nas propostas e ações de José Antônio Saraiva, o presidente da Província que efetiva a transferência da capital de Oeiras para Teresina. O centro desse projeto era o rio Parnaíba e seu aproveitamento como artéria navegável e indutora da expansão agrícola e comercial.

Enquanto fonte de receita pública, e talvez mesmo de

rendas particulares, a pecuária foi superada pelas atividades extrativas. Cria-se, nesse contexto, nova dependência pública e particular ao aproveitamento econômico da maniçoba, do babaçu e da carnaúba e ao seu desempenho no mercado externo, inaugurando-se fragilidade ainda maior nas contas estaduais piauienses. As relações com a economia de subsistência tornam-se mais complexas e reforça-se a integração com o mercado regional que agora se insinua como fornecedor de produtos agrícolas, até se configurar o quadro que ainda permanece de grande dependência do Estado do Piauí à produção de áreas circunvizinhas.

Além disso, foram identificadas características comuns entre as atividades agrícolas e as extrativas, como as relações com a terra, seu uso e sua posse; os sistemas e práticas de comercialização; a formação e utilização dos pólos regionais e dos canais de exportação; a acumulação incipiente e as discretas alterações demográficas.

2 INTEGRAR E EXPORTAR

A compreensão das características da economia piauiense durante a segunda metade do século XIX só se faz possível na medida do entendimento da posição do Estado no contexto regional e à luz dos problemas e perspectivas da economia nacional. As informações relativas a este período evidenciam que as transformações econômicas na Província se faziam de forma muito lenta, não acompanhando o ritmo das dinâmicas regiões do centro-sul voltadas para a produção do café. No Piauí, como em outras áreas do norte, a economia definia-se pelo domínio de algumas atividades básicas de subsistência, impostas por condições históricas e ambientais próprias, realizadas em nível técnico pouco evoluído e, portanto com baixos índices de produtividade. Inserido no contexto nordestino, o Estado apresentava as mesmas características básicas da região. Entretanto, como área de expansão de povoamento e com condições ambientais relativamente mais favoráveis que as de outras Províncias, absorvia e refletia, em diversos níveis, os problemas econômicos e sociais da região.

A economia nordestina, cujo setor exportador já entrara em decadência, poderia ser definida basicamente como de subsistência. Nesse período, sofria pressões de um contingente populacional em acentuado crescimento, pressões essas aguçadas pela rigidez da estrutura econômico-social, que impossibilitava a completa absorção destes contingentes de forma produtiva. Tal rigidez pode ser explicada a medida que se

atente, dentre outras variáveis, para as formas de apossamento e controle das terras, sobretudo aquelas cujas características atendiam às necessidades da agricultura e da pecuária. A natureza dessa economia e o processo de decadência porque passava podem também ser vislumbrados a partir dos movimentos migratórios, dos conflitos sociais emergentes, do próprio crescimento e redefinição do clientelismo e das práticas de absorção e controle dos agregados.

Há poucas evidências, em termos de discurso público, de que as especificidades regionais fossem observadas, além do que pouco se atentava para o processo de diferenciação em curso no Brasil. Analisada a situação do Piauí no contexto nacional, a partir do discurso público, observou-se que dominavam as pretensões no sentido de realizar os objetivos definidos no âmbito da política nacional em detrimento de uma política que privilegiasse os problemas de ordem local.¹ Os presidentes da Província, que eram de escolha direta do Imperador, obedeciam aos ditames gerais da política e da administração emanados do poder central.

O objetivo mais geral, expresso em nível de política econômica nacional, era consolidar a posição do país enquanto exportador de matérias-primas. Com isso, realizar-se-ia a função que lhe era reservada no âmbito da divisão internacional do trabalho, consubstanciada nas idéias liberais então em voga. A discussão deste objetivo e de sua implementação na Província fundamentava-se nas experiências da emergente economia cafeeira. As medidas propostas no sentido de desenvolver o setor exportador consistiam basicamente, "na abertura de vias de comunicação e transporte, quer terrestres quer fluviais, que possibilitassem o escoamento da produção da Província"; na pesquisa sistemática de novos produtos a serem colocados nos

¹ Trata-se aqui especificamente das propostas expressas no discurso oficial. A prática da política e o encaminhamento concreto da administração, na instância provincial, só poderiam ser corretamente analisados se considerada a força do poder local e sua expressão tanto nas câmaras municipais quanto na administração da Província.

mercados nacional e internacional;² na instalação de colônias agrícolas visando à utilização de mão-de-obra nacional e à atração de imigrantes europeus; no incentivo à produção de gêneros que apresentassem possibilidades de bom desempenho no comércio externo, operando-se inclusive a distribuição de sementes aos lavradores.³

Era assim muito clara a consciência do papel que cabia ao Brasil no contexto da economia mundial. Mas a realização deste objetivo comprometia a visualização das diferenças regionais, inviabilizando a adoção de políticas com o grau necessário de diferenciação e de atendimento eficaz às diversas áreas. No caso do Nordeste, a percepção da região como espaço econômico e social com características próprias só emerge no contexto das grandes secas da década de 1870. Mesmo a percepção das diferenças entre as chamadas províncias do norte só se completa no século XX, com a emergência de um outro norte, conjunturalmente rico, a Amazônia da borracha.

No Piauí, estava claro para alguns políticos, desde os meados do século XIX, que a realização do objetivo nacional de integração no âmbito da divisão internacional do trabalho, por meio da exportação de produtos agrícolas, só seria possível na medida do aproveitamento das áreas situadas às margens do rio Parnaíba e de seus afluentes. Esta proposta estava visceralmente ligada à tese de que a abertura de vias de comunicação e maiores facilidades de transporte seriam os elementos indutores do processo de inserção da economia piauiense ao contexto nacional e internacional. A condição para o desenvolvimento era, pois, a ruptura do isolamento em que jazia a Província.⁴ O esforço no sentido de acelerar essa integração já era perceptível na ação de José Antônio Saraiva, ao transferir a

² Incluem-se nesse caso as tentativas feitas em meados do século XIX visando à exploração da cera de carnaúba. BORGES, Geraldo Almeida. *Piauí Provincial (1855-1867): exportação e desenvolvimento*. Teresina: Fundação CEPRO, 1979. p. 66.

³ Esta política foi adotada em relação às culturas do fumo e do algodão durante a Guerra da Secessão americana. Ver BORGES, 1979, p. 53-54.

⁴ A tese da criação de infra-estrutura como condição necessária e suficiente para a promoção do desenvolvimento não é, como pode parecer hoje, uma tese nova.

capital da Província de Oeiras para a Nova Vila do Poti, em 1852;⁵ na mudança da sede do município de São Gonçalo (quando passa a denominar-se Amarante) em 1871, para a margem do Parnaíba; e ainda nas políticas de incentivo ao desenvolvimento da navegação fluvial. Também as municipalidades insistiam no sentido de que fossem abertas estradas interligando as sedes dos municípios mais populosos, inclusive atingindo as províncias vizinhas - Ceará, Pernambuco e Bahia.⁶ A solicitação da abertura de estradas para essas províncias explicava-se, sobretudo, pela natureza regional da economia piauiense, quando as relações comerciais, tanto com o exterior, quanto no âmbito da própria região, eram, na sua maior parte, feitas tendo como pólo a capital daquelas províncias. O Maranhão por meio do grande entreposto comercial, Caxias, e de sua capital, São Luís, exercia grande influência sobre a vida econômica piauiense.

A transferência da capital da Província e o incentivo à navegação fluvial abriam perspectivas de alteração desse quadro de dependência e apontavam para a transformação da cidade de Parnaíba no centro comercial, por excelência, do Piauí. Aliás, esse era um dos objetivos de Saraiva, ao realizar a mudança da capital.⁷ Esse amplo projeto de integração, lentamente implantado a partir da segunda metade do século XIX, só veio a mostrar resultados - embora parciais - durante a primeira metade do século XX, quando as cidades ribeirinhas do Parnaíba passaram a exercer de fato a função de centros concentradores de parte da produção gerada no âmbito do Estado e a absorver parte da produção maranhense. No entanto, a característica secular de evasão da produção piauiense pelas áreas fronteiriças com a influência dispersora dos núcleos regionais

⁵ O ofício de Saraiva ao Visconde de Monte Alegre em que justifica a sua decisão, pode ser visto em CHAVES, Joaquim (Pe). *Como nasceu Teresina*. Teresina: [s.n.], 1971. p. 8-21.

⁶ As solicitações das populações locais e das municipalidades nem sempre eram coincidentes com os interesses do Governo Provincial, cuja tendência era a de seguir os ditames do Governo Central, a que estava diretamente vinculado

⁷ SARAIVA, José Antônio. Ofício ao Ilm^o. e Exm^o. Sr. Conselheiro do Estado Visconde de Monte Alegre, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, de 20 de dezembro de 1850. In: CHAVES, 1971, p.17.

mais importantes do Nordeste, nunca deixou de se exercer sobre a economia do Estado.

Assim, durante a segunda metade do século XIX, a despeito do rápido processo de diferenciação que ocorria na economia brasileira, não foram particularizadas políticas de interesse local ou provincial nem houve uma política regional claramente definida. Ao contrário, foram privilegiadas as tentativas de homogeneização do espaço econômico brasileiro. Nesse período, o Nordeste tendia a perder espaço no contexto nacional, ao tempo em que adquiria um perfil econômico-social próprio. Esse processo de nordestinização, percebido no contexto da grande seca de 1877/80, já vai estar concluído nas primeiras décadas do século XX, quando não só o Piauí, mas o Nordeste em geral, passam a ser considerados áreas problemáticas.

Dessa forma, no período em estudo, a ignorância das especificidades da economia brasileira e de suas características de ordem regional, bem como a adoção de políticas econômicas gerais, definidas a partir da ideologia liberal, constituíam fatores que aprofundavam e aceleravam o processo de diferenciação regional já existente na economia.

mais importantes do Nordeste, nunca deixou de se exercer sobre a economia do Estado.

Assim, durante a segunda metade do século XIX, a despeito do rápido processo de diferenciação que ocorria na economia brasileira, não foram particularizadas políticas de interesse local ou provincial nem houve uma política regional claramente definida. Ao contrário, foram privilegiadas as tentativas de homogeneização do espaço econômico brasileiro. Nesse período, o Nordeste tendia a perder espaço no contexto nacional, ao tempo em que adquiria um perfil econômico-social próprio. Esse processo de nordestinização, percebido no contexto da grande seca de 1877/80, já vai estar concluído nas primeiras décadas do século XX, quando não só o Piauí, mas o Nordeste em geral, passam a ser considerados áreas problemáticas.

Dessa forma, no período em estudo, a ignorância das especificidades da economia brasileira e de suas características de ordem regional, bem como a adoção de políticas econômicas gerais, definidas a partir da ideologia liberal, constituíam fatores que aprofundavam e aceleravam o processo de diferenciação regional já existente na economia.

3 A PECUÁRIA

A economia piauiense, durante a segunda metade do século XIX, ainda poderia ser definida como um domínio da pecuária. A maior parte da receita provincial derivava daquela atividade, responsável, também, pela ocupação de grande parte da população e pela dinâmica do comércio. Apesar da tendência geral, nesse século, ter sido de estacionamento e decadência, as exportações de gado e seus derivados ainda eram bastante expressivas, sendo a receita proveniente da cobrança do dízimo o item mais importante no conjunto das receitas públicas.

Os meados do século, sobretudo as décadas de 1850 e 1860, podem ser caracterizados como uma fase de bom desempenho das exportações tanto do gado quanto do algodão, definindo-se, pois, como uma conjuntura de prosperidade para a Província. A partir da década de 1870, principalmente nos dois decênios seguintes, essa tendência se inverte.

O comércio do gado foi responsável pela dinâmica da economia até a década de 1870, estimulado, de forma indireta, pelas condições relativamente prósperas da economia nacional nos meados do século e, de forma direta, pelo bom desempenho da economia regional no mercado externo. As exportações de gado, avaliadas em cerca 60.000 cabeças anuais, atendiam ao mercado regional e à Guiana Francesa. As freqüentes

oscilações dos preços refletiam-se nas quantidades de gado conduzidas anualmente aos mercados consumidores e, indiretamente, sobre a economia e finanças provinciais.¹

A avaliação das quantidades de gado exportadas anualmente para o mercado regional até a década de 1870, tornava-se difícil, por duas razões principais: as exportações eram secularmente realizadas ao longo das fronteiras da Província e, até essa década, não havia tributação incidente sobre as exportações de gado.² Não resta dúvida, entretanto, de que as vendas para o mercado interno alcançavam muitos milhares de cabeças anualmente. As províncias do Nordeste, e eventualmente do norte, eram as principais consumidoras do gado piauiense. No exterior, o principal mercado era a Guiana Francesa. Na exportação de derivados da pecuária, destacava-se o avultado número de couros comercializados para o exterior, sendo o principal mercado consumidor a Inglaterra. No Império, um dos principais compradores era o Pará. Parte expressiva dos derivados da pecuária era, provavelmente, reexportada pelas demais Províncias, não só em virtude das dificuldades de escoamento pelo porto da Parnaíba, mas também pela dispersão das rotas comerciais.

Além da avaliação das quantidades exportadas, a importância da pecuária na economia provincial do Piauí pode ser evidenciada pelo peso de sua participação nas receitas públicas. Entre 1850 e 1890, as receitas derivadas da pecuária correspondiam a uma média de 50% do total das receitas auferidas pelo Tesouro Provincial. As receitas provinciais, nesse período, foram, em geral, estacionárias, ou apresentaram-se em declínio, o que evidencia perdas sensíveis na econo-

¹ A década de 1850 assiste à liberação de capitais derivada da supressão do tráfico de africanos, o que gerou verdadeira efervescência nos negócios. Na década seguinte ocorre o avanço do Nordeste no mercado inglês do algodão, o que dá algum alento à economia regional. Estimativas quanto às quantidades anuais de gado exportado podem ser vistas em ESPÍNOLA JÚNIOR, Manuel José. *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa do Piauí no dia 1º de julho de 1870*. Teresina: Tipografia da Pátria, 1870. p.18.

² Em seu relatório de 1870, o presidente Espínola Júnior afirmava que a criação de imposto sobre a exportação do gado deveria possibilitar a extinção do dízimo, tido como injusto e extorsivo. Isso, entretanto, só veio a ocorrer em 1923. Enquanto isso a pecuária era onerada pelos mais variados impostos.

mia.³ Como a população da Província estava em franco crescimento deve ter sido significativa a deterioração do índice de renda per capita e do seu padrão de consumo. Considerando os dados agregados, é patente a função desempenhada pela pecuária. Entretanto essa atividade não teve o mesmo significado para todas as áreas da Província. Apesar do processo de ocupação poder ser explicado fundamentalmente pelo avanço da criação do gado, esta atividade foi mais concentrada em algumas sub-regiões, onde de fato foi o elemento definidor das características da economia e da sociedade. Estatísticas sobre a produção do gado, relativas à década de 1870, são capazes de indicar as principais áreas de concentração da pecuária e propiciar informações relevantes sobre o espaço geográfico provincial.⁴

A partir da década de 1870 já estava bem caracterizada a perda do espaço do Piauí, em termos nacionais. Enquanto no centro-sul as transformações econômicas se faziam de forma acelerada, no Piauí não ocorriam transformações básicas na produção, não havia diversificação na composição do comércio e nem se evidenciavam quaisquer sintomas de mudanças qualitativas das atividades econômicas tradicionais. A pecuária, apesar de continuar sendo a atividade mais importante e de absorver grande parte da força de trabalho, perdia rapidamente posição no mercado regional, em decorrência do crescimento e melhoria dos rebanhos das demais províncias e das perdas qualitativas do próprio rebanho por falta de inovações no sistema de criação. O gado piauiense perdia, enfim, competitividade nos tradicionais mercados consumidores do nordeste, nas províncias do norte, caso do Pará, e no próprio mercado externo.

A pecuária piauiense, enquanto atividade extensiva, era desenvolvida em grandes propriedades e não tinha muitas exigências quanto à mão-de-obra, quer em termos quantitativos,

³ As receitas do Piauí entre 1852 e 1951 podem ser vistas em PORTO, Carlos Eugênio. *Roteiro do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974. p. 156-157.

⁴ Bom exemplo de informação nesse sentido é o quadro da produção de bezerros na Província do Piauí, entre 1869 e 1879, publicado no Relatório do Presidente da Província Sinval Odorico de Moura, de 31 de dezembro de 1881. Apud NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975, v. 4, p. 200.

quer qualitativos. Estas características, aliadas à sua importância também como economia de subsistência, induziam a ocupação de extensas áreas de terras, em que ela se tornava a atividade principal. Como da criação de gado derivavam os principais produtos alimentadores do comércio interprovincial - o que a colocava na posição de maior responsável pela geração de renda para particulares - o interesse dos produtores concentrava-se nessa atividade, o que resultava na pequena diversificação no âmbito da economia. Há que lembrar, além da função econômica, a função social assumida pela pecuária ao longo da história do Piauí. É preciso recordar que, no plano social, mais importante que ser vaqueiro era, apenas, ser fazendeiro.

As características da pecuária confluíam no sentido da formação e manutenção de um quadro econômico que, vindo do período colonial, consubstanciava-se, ainda, no desenvolvimento dos seguintes elementos:

a) atividade pecuária que concentrava a maior parte dos recursos disponíveis na economia, representados pelas melhores terras e pastos, e canalizava as inversões dos que se apropriavam da renda monetária, ocupando grande parte da força de trabalho disponível no sistema;

b) atividade caracteristicamente liberadora de mão-de-obra, desde que não a requeria na medida da oferta derivada do crescimento vegetativo da população, o que contribuía para a expansão das atividades agrícolas de subsistência. Como a economia principal era a única monetarizada, a renda nela gerada tendia a uma concentração cada vez maior;

c) população excedente, incapaz de engajar-se na economia principal, tendia a ocupar-se nos limites da grande propriedade ou à margem dela, desempenhando atividades de mera subsistência. Inserida ou à margem das grandes propriedades (em posses, por exemplo), a população estabelecia vínculos com os latifundiários, exercendo funções de ordem econômica, ou de ordem social e política.

O quadro econômico assim definido, com seus resultados de ordem social, mostra-se apropriado à caracterização do espaço piauiense como um todo, sobretudo em suas regiões semi-áridas, de ocupação pioneira, onde a criação de gado destacou-se desde o início da colonização.

A compreensão da economia piauiense só se torna completa, entretanto, quando se considera o exercício da agricultura. Na produção voltada para o mercado externo, diferentemente da agricultura de subsistência, o impacto sobre a economia derivava essencialmente de variações na demanda. A retração do mercado incidia de forma diferenciada sobre o conjunto da economia, não modificando substancialmente as condições de vida da população como um todo, mas afetando preferencialmente os grupos de intermediários envolvidos no comércio, que viam suas possibilidades de acumulação reduzidas pela diminuição ou paralisação das atividades. Essa retração afetava também, mas de forma diferenciada e proporcionalmente ao investimento, os agricultores que realizavam inversões expressivas nessas culturas. No caso do algodão - única cultura de exportação eventual da Província - alterações na demanda manifestavam-se via preços, alterando o nível de integração dos produtos ao mercado e, por conseqüência, as possibilidades de auferição de renda monetária.

A redução da renda monetária dessa origem tinha repercussões mais amplas no conjunto da economia. Além dos efeitos sobre o comércio exportador e importador, cujos negócios eram reduzidos pela perda do poder de compra das exportações e pela diminuição da capacidade aquisitiva da população, havia impactos sobre a produção e os serviços. Daí a diminuição das exportações resultar em crises econômico-sociais, de amplitude variável, a depender do grau de integração ao mercado externo.

Do ponto de vista das finanças públicas, como a tributação incidia preferencialmente sobre as atividades comerciais, a Província terminava por ser afetada pela conjuntura e por refleti-la em suas contas anuais. Esses efeitos, embora presentes, ainda eram pouco perceptíveis na economia provincial do Piauí, de forma direta, em vista da menor integração ao mercado ex-

terno, mas indiretamente apareciam na medida da participação da Província no comércio regional, por meio da exportação do gado. Entretanto, no período de domínio da economia extrativista, esse modelo funcionará de forma plena.

4 AGRICULTURA: SUBSISTÊNCIA E EXPORTAÇÃO

A agricultura piauiense, durante a segunda metade do século XIX era basicamente voltada para o consumo interno. Registre-se, como exceção, o algodão, único produto de origem agrícola a ter importância na pauta de exportações da Província. Em vista das condições em que era realizada e de sua caracterização enquanto atividade essencialmente de subsistência, desenvolvida nos latifúndios pecuários à margem da atividade principal e confinada ao âmbito das posses, referências a essa atividade eram feitas, principalmente, quando irregularidades, sobretudo climáticas, punham a descoberto a vulnerabilidade - no curto prazo - dessa produção. Como a preocupação básica do Estado era a inserção da economia provincial aos mercados nacional e internacional, as atenções voltavam-se preferencialmente para a produção, de natureza agrícola ou não, que apresentasse perspectivas de atender a esse objetivo. Daí as referências, mais freqüentes nas fontes de origem pública, ao algodão e ao gado, produtos que atendiam àquela característica. Além disso, por sofrerem de forma mais direta os efeitos da tributação eram, também por essa via, controlados pelo poder público.

As culturas alimentares propriamente de subsistência e de uso generalizado eram o arroz, o feijão, o milho e a mandioca. Esses cultivos eram difundidos em toda a Província.

Entre os observadores da economia piauiense durante o século XIX há várias concordâncias no que se refere à agricultura. De modo geral havia consenso quanto à pequena ex-

pressão assumida por essa atividade, bem como quanto ao fato do limite ao seu desenvolvimento não poder ser tributado exclusivamente às condições édafo-climáticas da Província¹. Alencastre, referindo-se à década de 1850, afirmava que "geralmente há no Piauí grande repugnância para a lavoura e, se fazem a lavoura de primeira necessidade, é porque sem ela morreriam de fome [...] o instinto pois da própria conservação aconselha os filhos do Piauí a plantarem milho, feijão, arroz, mandioca".² Quanto às condições édafo-climáticas, acrescentava:

Não se diga que o solo do Piauí não é capaz de cultura, porque não há absolutamente terras más, que se não possam fazer boas [...] a influência atmosférica não é tão poderosa, que nulifique certas espécies de lavouras.³

A opinião de Gustavo Dodt, que em 1870 percorreu o vale do Parnaíba em toda a sua extensão, era a de que esta parte da Província "era somente [apropriada] para a criação". Informava ainda que:

A Província tem terras suficientes de boa até de melhor qualidade possível para poder sustentar um número de habitantes muito mais crescido do que existe, mas as plantações são tão limitadas que se importam da Província do Maranhão muitos mantimentos, e raro é o ano em que não aparece em um outro ponto da Província carência de víveres e mesmo fome.⁴

¹ Odilon Nunes admite ter sido influenciado pelas interpretações pessimistas de Dodt, Schmidt e Alarico Júnior quantos às potencialidades do Piauí para a exploração agrícola e que teria revisto sua posição a partir de outros depoimentos, como o de Ferreira de Carvalho. NUNES, Odilon. *Depoimentos históricos*. Teresina: COMEPI, 1981. p.120.

² ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí*. Teresina: COMEPI, 1982. p. 82-83.

³ ALENCASTRE, 1982, p. 82-83.

⁴ DODT, Gustavo. *Descrição dos rios Parnaíba e Gurupí*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. p. 51.

Avaliação da importância da agricultura em diferentes sub-regiões do Piauí evidenciou que a densidade de ocupação, ou seja, o arranjo demográfico da população da Província era variável mais importante para explicar a produção agrícola que os fatores ambientais. Em outros termos, as áreas consideradas mais adequadas ao desenvolvimento da agricultura, situadas ao longo do vale do Parnaíba, em meados do século XIX, ainda estavam em processo de ocupação, embora essa fixação fosse rápida nas áreas do médio e baixo curso.⁵ Entretanto, a agricultura desenvolvia-se em manchas agrícolas ao longo de todo o território da Província, inclusive em suas regiões semi-áridas.⁶ A especificidade destas áreas estava no fato de sofrerem, de forma mais acentuada, os rigores das secas periódicas. Não é, pois, a fatores naturais que se deve creditar o pequeno desenvolvimento da agricultura no Piauí durante o século XIX. A explicação disso implica a compreensão do papel desempenhado pela agricultura de subsistência no bojo dessa economia.

Antes de avançar numa tentativa de interpretação, é mister fazer referência à produção e à manufatura da cana-de-açúcar e do fumo. Essas culturas, tradicionais no Nordeste úmido, não tiveram o mesmo desenvolvimento no Piauí. Em meados do século XIX e nas décadas seguintes elas eram realizadas nos municípios situados à margem do rio Parnaíba e atendiam a parte do consumo provincial, principalmente no âmbito local. A cana era utilizada no fabrico de açúcar grosso, de rapadura e de aguardente, os dois últimos exportados de forma eventual. O número de pequenos engenhos de madeira ou engenhocas era relativamente grande em alguns municípios, principalmente no norte e sudoeste da Província. O fumo era plantado em pequena escala, em municípios como Amarante, Teresina, União e Miguel Alves, sendo manufaturado nesses locais.

⁵ Odilon Nunes considera o florescimento da agricultura nas margens do Parnaíba como fruto da mudança da capital de Oeiras para Teresina e do desenvolvimento da navegação à vapor. NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975, v.4, p.167.

⁶ Para a divisão regional do Piauí por áreas do ponto de vista da aridez, consultar LIMA, Milcíades Gádelha de *et al.* *Projeto Delimitação e Regionalização do Brasil Semi-árido*. Teresina: CNPq, SUDENE, UFPI, 1985.

Há referência à exportação de rapadura, aguardente e fumo, embora em pequenas quantidades. No conjunto, provavelmente às pequenas quantidades exportadas correspondiam igualmente importações de outras províncias, até porque as áreas de influência do ponto de vista das transações comerciais, e as áreas polarizadas pelas feiras, onde eram ofertados os "excedentes"⁷ da produção, não estavam subordinadas às fronteiras político-administrativas e sim às influências de determinados centros regionais.

Essa pequena produção agrícola, tanto de cereais quanto de cana e do fumo, ainda estava na sua maior parte circunscrita ao consumo local e era essencialmente familiar. As trocas externas tinham pouco significado, não só pela natureza quase auto-suficiente das unidades familiares, mas também pela dispersão da população rural, pela pequena expressão assumida pela circulação monetária e, portanto, pelo baixo poder aquisitivo da população. Dessa forma, o comércio interprovincial e mesmo intermunicipal de gêneros alimentares era pouco desenvolvido no período, já que a economia apresentava em sua base unidades familiares que em condições normais eram praticamente auto-suficientes.

Evidentemente, as populações dos núcleos urbanos necessitavam de uma oferta regular de produtos alimentares, que na maior parte era suprida pelas áreas rurais adjacentes.⁸

⁷ Excedente aqui está sendo definido como aquela parcela da produção, necessária ou não ao consumo da unidade produtora, que é levada ao mercado com o objetivo de gerar renda que possibilite a aquisição de certos bens indispensáveis à sobrevivência das unidades familiares e que em geral não são produzidos localmente. Trata-se de artigos como tecidos, enxadas, machados, foices; produtos como café, sal, alguns utensílios de uso doméstico, fósforo, etc. A venda de produtos agrícolas ou pecuários, bem como a prestação de serviços fora da unidade familiar é que geram as condições para o consumo de bens dessa natureza. Vale lembrar que essa renda em geral não assume forma monetária e sim contábil.

⁸ Não se deve correr o risco de estabelecer uma distinção muito rígida entre o urbano e o rural nesse período e nesse tipo de economia. A complementaridade entre esses dois segmentos ainda está por ser estudada no caso do Piauí.

Além do comércio de gêneros alimentares, que ainda assumia pequena expressão, realizavam-se transações comerciais envolvendo bens de outra natureza, principalmente manufaturados de origem externa. Esses bens atendiam às necessidades do reduzido contingente populacional que concentrava a renda monetária - originária basicamente do comércio do gado e do algodão e das remunerações pagas pelo Estado ao funcionalismo público, a essa época ainda reduzido - e que já estava parcialmente integrado à economia de mercado.

Numa estrutura como a da economia piauiense do período, qualquer redução da produção em nível local afetava substancialmente o abastecimento tanto da população rural quanto da população urbana, que não dispunham de excedentes significativos, já que a produção estava limitada às necessidades do consumo regular.

O problema do abastecimento aparecia de forma mais aguda e mais clara nos momentos de crises climáticas - quer em se tratando de secas, quer de enchentes - quando se verificavam rapidamente alterações nos preços dos gêneros alimentares. A escassez desses produtos e a especulação a que eram submetidos resultavam na ocorrência da fome entre a população de menor poder aquisitivo. Com a inexistência de produtos agrícolas em grande escala somavam-se as dificuldades de acesso à população consumidora, principalmente em virtude de sua dispersão no território da Província.

Mesmo em condições normais, a infra-estrutura comercial do Piauí era deficiente. Como a circulação monetária era muito reduzida e freqüentes as trocas diretas, as práticas de fornecimento e de endividamento eram de uso generalizado. Os estabelecimentos comerciais concentravam-se em poucas mãos e apareciam especialmente nos núcleos urbanos de maior importância.⁹

⁹ Dodt, em 1870, referindo-se a Parnaguá, afirmava: "Ali não há comércio algum, nem mantimentos, nem fazendas se encontram"; a Jerumenha: "Ali se encontra ao menos algumas casas de negócios, embora insignificantes"; a Manga: "Todo o comércio concentra-se numa quitanda, que é uma espécie de loja e venda ao mesmo tempo". Acrescentava que a única vila próspera era a de São Gonçalo, cuja posição a fazia entreposto do comércio dos

Mesmo no início do século XX, quando as relações comerciais em todo o Estado eram muito mais freqüentes, o comércio ambulante desempenhava grande função econômica. A dispersão dos consumidores contribuía no sentido de inviabilizar o comércio regular em extensas áreas e, por conta disso, o fornecimento de muitos bens era necessariamente feito de maneira eventual.

Em 1867, período de intensificação do comércio na Província como resultado do crescimento das exportações do algodão e da conjuntura favorável às exportações do gado, o Piauí contava com apenas 413 estabelecimentos comerciais, dentre os quais 22 pertencentes a portugueses e 3 a negociantes de outras nacionalidades.¹⁰ Esses estabelecimentos provavelmente concentravam-se nos principais núcleos urbanos da Província. A partir do início do século XX essa situação começa a modificar-se, com o advento do extrativismo.

municípios de São Gonçalo, Oelras, Picos, Jaicós, Manga, Jerumenha, Bom Jesus, Santa Filomena e Parnaguá. Por esse motivo o comércio lá se desenvolveu em prejuízo da própria capital, uma mera cidade de empregados públicos. DODT, 1981, p. 53-56.

¹⁰ NUNES, 1975, p.168.

5 SOB O DOMÍNIO DO EXTRATIVISMO

Os ensaios de integração da economia piauiense ao mercado internacional, tentados desde o século anterior, vieram a dar seus frutos durante a primeira metade do século XX. Ao longo de cinco décadas, a dinâmica da economia foi dada pelas exportações de produtos extrativos – borracha de maniçoba, cera de carnaúba e babaçu – que sobrepujaram e alteraram a função até então exercida pela atividade pecuária. Se, por mais de dois séculos, a base da economia do Piauí fora a criação de gado e à volta dela apenas desenvolvera-se rudimentar agricultura de subsistência, na primeira metade do século XX o Estado concretiza o objetivo de integração ao modelo nacional, passando a ocupar um lugar mais ativo no âmbito da divisão internacional do trabalho.

Compreender a economia piauiense nesse período, a partir das atividades de produção e exportação da borracha de maniçoba, de cera de carnaúba e do coco babaçu pressupõe não só o entendimento da natureza dessa inserção no mercado externo mas também a elucidação da forma assumida pela organização dessas atividades produtivas. Tentar-se-á por em evidência esses aspectos, a partir da análise de cada produto em particular.

5.1 Borracha de maniçoba

A exploração das maniçobas no Nordeste tornou-se economicamente viável com os altos preços alcançados pela borracha durante a segunda metade do século XIX e início do século XX. Essa conjuntura favorável estava ligada ao crescimento das indústrias automobilística e elétrica, sobretudo a primeira, em grande expansão no início do século. Dessa forma, o desempenho do setor industrial na Europa – onde a Inglaterra era o principal consumidor e centro distribuidor – e nos Estados Unidos, refletia-se na produção gumífera do Brasil, então principal área produtora e sob cuja dependência estavam aqueles mercados. O quase monopólio que exercia o Brasil sobre o fornecimento de borracha, matéria-prima indispensável face às características e exigências do processo de industrialização em curso, assegurou a manutenção dos preços internacionais em níveis extremamente altos. Sem essa conjuntura favorável de preços não haveria rentabilidade na exploração das maniçobas.

A produção da borracha do Nordeste, secundária mesmo em relação à produção brasileira, era mais vulnerável às alterações da demanda. As borrachas tidas como de qualidade inferior eram, durante as crises, as primeiras a ter as cotações alteradas.

A queda dos preços internacionais resultou da inserção dos competidores asiáticos no mercado, sobretudo a partir da primeira década do século XX, o que veio a alterar a situação de monopólio da borracha brasileira. O capital europeu, ao instalar empresas produtoras na Ásia, buscava superar a dependência dos países consumidores à oferta natural brasileira, - inelástica, de alto custo e qualidade heterogênea - e com isso tornar direto o controle dos países consumidores sobre as áreas produtoras. Em outros termos, tratava-se da ingerência do capital sobre o processo produtivo e da possibilidade de determinar não só as quantidades e os preços, mas também a qualidade da matéria-prima a ser consumida.¹

As primeiras referências à produção da borracha da maniçoba no Nordeste datam de meados do século XIX. A atividade foi desenvolvida no Ceará por toda a segunda metade

¹ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1976. p.129-135; PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasillense, 1976. p. 236-241.

daquele século, de forma contínua, conforme se depreende das estatísticas de exportação.² A partir da década de 1890, sobretudo entre 1897 e 1898, expandiu-se a produção para outros estados, como o Piauí e a Bahia. No Piauí, com o aparecimento dos primeiros compradores e a divulgação mais ou menos sistemática dos maniçobais descobertos, a população foi incentivada a extrair o látex, alargar as áreas de exploração e também a realizar o cultivo da *Manihot*. O incentivo à extração partia, não raras vezes, das próprias empresas comerciais interessadas na compra do produto.

A divulgação da atividade e sua difusão no Nordeste estavam ligadas às expectativas relacionadas ao desempenho da economia amazônica – centrada na exploração da hévea. A articulação entre a Amazônia e o Nordeste era grande nessa época, haja visto a origem da mão-de-obra empregada nos seringais e o fato de aquela região ser grande consumidora dos produtos nordestinos. Apesar da conjuntura facilitar os intercâmbios, o conhecimento, no Nordeste, sobre as reais condições econômicas e sociais da Amazônia era bastante deformado. As utopias em torno da riqueza propiciada pela hévea constituíam a referência básica na propaganda da nova cultura.

Além da extração nos maniçobais nativos do Ceará, do Piauí e da Bahia – os principais produtores – em todos os estados do Nordeste foram realizados plantios de milhares de árvores de maniçoba. Também no centro-sul foram feitas tentativas, sobretudo no Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, mas as culturas tiveram basicamente caráter experimental.

No Piauí a produção da borracha concentrou-se principalmente em suas regiões semi-áridas e, em menor escala, em faixas definidas como de transição semi-árida, que constituíam as principais áreas de ocorrência nativa das plantas e também sediavam o maior número de culturas. As maniçobas, entretanto, ocorriam em todo o Estado.

O caráter predatório da atividade era acentuado. A exploração, caracterizada pelo nomadismo, era incompatível com a realização de investimentos de qualquer vulto, inclusive com

² BRAZIL, Thomaz Pompeu de Souza. Maniçoba. In: O CEARÁ no centenário da Independência do Brasil. Fortaleza: Minerva, 1926. p.237-244.

a conservação das árvores exploradas.

Quanto à comercialização, a primeira instância era o mercado local. O elemento inicial dessa cadeia era o maniçobeiro, que passava o produto coletado para os barraquistas ou ainda para os proprietários de maniçobais, arrendatários, quizílias, zangões ou zangotes,³ a depender de sua situação no contexto da produção. Desses intermediários a borracha passava aos comerciantes das cidades e vilas, que eram negociantes autônomos, agentes de casas exportadoras e mesmo compradores volantes. A comercialização da borracha realizava-se também nas feiras semanais dos povoados do interior dos municípios.

Na maior parte das explorações, tanto os intermediários na compra da borracha quanto os produtores iniciavam suas atividades subordinados ao sistema de endividamento. As dívidas dos maniçobeiros eram pagas com o produto colhido, entregue nos barracões. Os barraquistas, por sua vez, vendiam a borracha aos negociantes das vilas e cidades. Via de regra, era obrigatória a venda da borracha do maniçobeiro para o comerciante que lhe havia feito o fornecimento antecipado de mercadorias.

Nesse molde, a comercialização reduzia a necessidade de capital inicial, na forma monetária. A borracha funcionava efetivamente como moeda corrente, saldando compromissos entre produtores e comerciantes e diminuindo a quantidade de capital-dinheiro necessária à realização das transações comerciais, dinamizadas com o seu surgimento.

A comercialização era a instância privilegiada para a exploração e a acumulação. O interesse dos fornecedores de mercadorias, em qualquer nível, era o aumento de seus lucros em detrimento do consumo imediato, pela via da elevação dos preços dos gêneros a serem pagos com a borracha. Quando da compra do produto, a política era no sentido de reduzir o preço de aquisição, inclusive pela redução do peso. Em contrapartida,

³ Quizílias, zangões e zangotes eram intermediários na compra da borracha. Tanto poderiam ser compradores autônomos como representantes dos comerciantes das cidades e vilas. Para maior detalhamento, ver QUEIROZ, Teresinha. *A importância da borracha de maniçoba na economia do Piauí: 1900-1920*. Teresina: APL, EDUFPI, 1994. p. 106-110.

os vendedores alteravam a qualidade da borracha, acrescentando pedras, detritos e outras gomas elásticas.

Em algumas cidades, o comércio era mais importante devido à localização no centro da área produtora, às melhores condições de escoamento e ao fato de sediarem casas comerciais do ramo e agências das casas exportadoras – em geral representadas pelos próprios comerciantes locais.

Em 1913, havia exportadores de maniçoba estabelecidos, com matrizes ou filiais, nas cidades de Floriano, Amarante, Teresina, União, José de Freitas e Parnaíba, num total de 25 casas comerciais envolvidas nesse negócio.⁴ Cidades como Picos, Valença do Piauí, São João do Piauí e São Raimundo Nonato eram centros comerciais de destaque, operando com produção própria e dos municípios vizinhos. Num segundo nível, e recebendo o produto originário desses centros estaduais, destacavam-se Parnaíba, no Piauí, Juazeiro e Remanso, na Bahia, Petrolina, em Pernambuco, e, embora em menor escala, Crato e Senador Pompeu, no Ceará. A localização das cidades empórios no Piauí era indicativo do destino da borracha, pois o comércio do Estado respondia às solicitações de diversos centros regionais, como Salvador, Recife, Fortaleza, Parnaíba e São Luís, por cujos portos realizava suas importações e exportações.⁵ A borracha passava, pois, de núcleos de menor relevância para núcleos de maior importância, até a chegada aos centros exportadores, num processo de concentração que atingia o ápice nas cidades portuárias, onde apenas alguns grandes comerciantes controlavam a exportação.

Os principais mercados consumidores eram a Inglaterra, os Estados Unidos e a França. A Alemanha e a Bélgica eram mercados de menor expressão. O consumo de outros países era eventual e pouco significativo.

As principais fontes disponíveis sobre a exportação da borracha do Piauí são, para esse período: a Estatística Comer-

⁴ LIMA REBELLO, José Pires de. *A indústria da borracha no Estado do Piauí*. Rio de Janeiro: Superintendência da Defesa da Borracha, 1913. Anexo 4.

⁵ SOUZA, Bernardino José de. *Corografia do Estado do Piauí*. Parnaíba: Tipografia Bastos, 1913. p. 39-41.

cial da República, os Relatórios da Secretaria de Estado da Fazenda e o relatório de José Pires de Lima Rebello, encomendado pelo Ministério da Agricultura, em 1913. Os dados apresentados são conflitantes, o que se justifica não só pela pouca exigência de sistematização estatística da época, mas também pela natureza oficial desses registros, que eram organizados a partir da cobrança dos tributos estaduais e municipais, correspondendo, pois, apenas ao comércio lícito.⁶

De acordo com a Estatística Comercial da República, entre 1903 e 1914, o Piauí teria contribuído com uma média anual de 38,1% da exportação brasileira. Deve-se ressaltar que essa fonte reflete apenas o comércio lícito. De acordo com os dados de Lima Rebello, a participação anual média do Piauí na exportação brasileira, numa série de dez anos, era de 35,7%.

Eram freqüentes as afirmações de que o Piauí, apesar das estatísticas federais não o demonstrarem, ocupava o primeiro lugar em termos da produção de maniçoba no Brasil. De qualquer forma, a participação do Estado era expressiva, considerando-se as peculiaridades do comércio piauiense, em termos da dispersão dos gêneros produzidos e as condições efetivas de controle fiscal.

Durante a década de 1890, a participação média das exportações na formação da receita pública do Piauí foi inferior a 30%. A partir do século XX essa participação tendeu a crescer, acentuando-se o grau de vulnerabilidade das finanças do Estado face ao comportamento da demanda por seus produtos. Nas décadas anteriores a exportação piauiense era basicamente de gado em pé, de derivados da pecuária e de algodão, exportados preferencialmente para outros estados do Brasil. No século XX, os produtos de demanda crescente e de maior valor na pauta de exportações terão como consumidores principais os países europeus e os Estados Unidos. A tendência de superação do mercado interno pelo externo já aparece na década de 1890, com a exportação da cera de carnaúba e da borracha de maniçoba.

⁶ Tabelas estatísticas com relação à produção, exportação e receitas diversas originárias da maniçoba podem ser vistas em QUEIROZ, 1994, p. 165 et seq.

A exploração da maniçoba teve início num momento crítico para a economia do Piauí, caracterizado pela queda nos preços do gado e pela ocorrência de secas. Além da superação dessas dificuldades, a borracha representava a oportunidade de, pela via do fortalecimento econômico, garantir a autonomia e a estabilidade políticas, preocupações básicas do Estado recém constituído como unidade federada. Nesse contexto, a descoberta da nova fonte de receita criou expectativas para os particulares e para o Estado, que dificilmente seriam confirmadas no decorrer da exploração.

No conjunto das exportações do Piauí, a borracha de maniçoba atingiu um alto nível de participação, sobretudo durante os primeiros treze anos do século, quando a tendência das exportações foi por ela determinada. O produto perdeu importância a partir do período 1913-14, de crise mundial e nacional. De 1901 a 1914, a sua contribuição média anual no conjunto da receita das exportações foi de 48,8%. A maior participação foi no triênio 1909-1911, quando foi responsável por mais de 60% dessa receita.

A proeminência da borracha sobre os demais produtos não derivava das quantidades exportadas. O algodão e a cera de carnaúba foram exportados, em alguns anos, em quantidades superiores às da borracha. Entretanto, seus preços eram sensivelmente menores, como pode ser observado a partir dos totais dos valores oficiais.⁷

De 1901 a 1914, mais de 20% da receita pública originou-se da exportação da borracha, o que justificava a preocupação do governo com o produto e o clima de euforia predominante nas fases de alta dos preços. A crise financeira do período 1913-14 pode ser explicada, em parte, pela queda nas cotações da borracha. Entre 1917 e 1920 sua contribuição, como geradora de receita, já era pouco significativa.

A intervenção pública sobre a produção da borracha no Piauí foi irrelevante, sendo apenas de caráter legislativo. Além de concessão de prêmio aos produtores, em 1899 (não há indicações de que esse prêmio tenha sido efetivamente pago) e de outras leis, também sem execução, que trariam efeitos indire-

⁷ Para maior detalhamento sobre esses preços, consultar QUEIROZ, 1994, p. 129.

38
tos para a produção – como, por exemplo, criação de infraestrutura de transportes – pode-se dizer que a atuação do poder público foi meramente fiscal.

A intervenção federal – igualmente sem resultados práticos ponderáveis – deu-se através do Plano de Defesa da Borracha, de 1912, do Ministério da Agricultura. Como estado produtor, o Piauí deveria ser beneficiado com a instalação de campos experimentais, a abertura de meios de comunicação mais eficazes, a concessão de prêmios aos cultivadores e a instalação de usina de beneficiamento. O ambicioso plano da Superintendência da Defesa da Borracha – criada com o objetivo de soerguer o produto – só teve execução no decorrer do exercício de 1913. Em 1914 deixaram de ser votadas as verbas necessárias ao seu financiamento.

Era o colapso da economia gumífera brasileira face à concorrência asiática e, ao mesmo tempo, a manifestação da inércia do poder público frente aos interesses das regiões produtoras.

5.2 Cera de carnaúba

Como a borracha da maniçoba, a cera de carnaúba começou a ser exportada pelo Nordeste ainda durante o século XIX. No caso do Piauí, durante a última década daquele século foram feitas tentativas mais sistemáticas de colocação do produto no mercado externo. Até então sua utilidade estava restrita ao fabrico de velas.⁸

A partir dos primeiros anos do século XX o produto passou a ocupar lugar de destaque no conjunto das exportações do Piauí, ao lado da borracha de maniçoba, do algodão e a partir de 1911, também do babaçu.⁹ Apesar das exportações da cera do Piauí terem iniciado ainda durante o século XIX, as

⁸ PORTO, Carlos Eugênio. *Roteiro do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974. p.113.

⁹ A comparação entre as quantidades exportadas, os valores oficiais e as

quantidades e os valores dessas exportações só passaram a ser discriminados nos primeiros anos deste século.¹⁰

Informações acerca dessas exportações estão apresentadas no Quadro 1 e seguintes. Desde a primeira fase das exportações, anterior à Primeira Guerra Mundial, já estavam evidentes o caráter cíclico dessa economia e a sua dependência ao contexto externo. Os reflexos das crises internacionais de 1905 e 1908 aparecem com clareza, bem como as oscilações na cotação do produto.

QUADRO 1
ESTADO DO PIAUÍ
EXPORTAÇÃO DA CERA DE CARNAÚBA
(1904-1914)

Ano	Quantidade (quilos)	Valor oficial (mil réis)	Receita do Estado sobre a exportação de cera
1904	365.211	219:125\$600	—
1905	99.284	99:284\$000	—
1906	598.871	598:871\$000	—
1907	658.392	658:392\$000	73:063\$506
1908	354.937	283:949\$000	63:081\$879
1909	1.155.222	693.133\$200	66:192\$501
1910	1.546.575	1.546:575\$000	65:854\$480
1911	739.113	591:290\$000	72:763\$480
1912	1.375.750	1.100:600\$000	135:912\$610
1913	806.535	1.146:096\$708	137:203\$835
1914	1.333.377	1.777:391\$541	175.138\$659

Fonte: QUEIROZ, 1994, p.125 e 129.

Do ponto de vista das finanças públicas, o produto tendia, nesse período, a ganhar importância. Em pleno domínio da crise de 1913/14, quando as exportações em geral passavam por

receltas auferidas pelo Estado sobre esses produtos, entre 1901 e 1920, podem ser vistas em QUEIROZ, 1994, p.125 e 130.

¹⁰ Para efeito de registro nos resumos das exportações, a cera provavelmente incluía-se no item Gêneros, sendo agregada, pois, a outros produtos.

dificuldades, as cotações da cera de carnaúba reagiam positivamente, o que implicava receitas crescentes para o Piauí. Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial abriram-se novas perspectivas para as exportações da cera, de que se conseguiu produzir um componente bélico – o ácido pícrico, de alto poder explosivo. Os altos preços então alcançados colocaram-na, a partir de 1914, como a principal responsável pela formação da receita do Piauí, superando inclusive a borracha. Essa primeira fase de pico das exportações teve apenas a duração da guerra. Entre 1920 e 1921, com a normalização do mercado, e por conseqüência, com a redução dos preços, o produto sofreu sua primeira grande crise, com sérios efeitos sobre o comércio exportador e as áreas produtoras.

Esse comportamento extremamente cíclico e instável seria característico da comercialização da cera que, como os demais produtos da pauta de exportações, estava totalmente submetida às injunções do mercado internacional.

QUADRO 2
ESTADO DO PIAUÍ
RECEITAS SOBRE EXPORTAÇÕES (em mil réis).
(1917-1920)

Ano	Cera de carnaúba	Babaçu	Algodão	Borracha
1917	352:977\$182	94:475\$860	88:618\$235	100:813\$616
1918	412:660\$628	109:752\$480	103:604\$000	31:686\$176
1919	461:540\$114	122:750\$806	115:876\$955	45:534\$288
1920	389:630\$339	103:625\$668	97:822\$901	115:075\$740

Fonte: QUEIROZ, 1994, p.125.

Não se dispõe de dados para avaliar o desempenho do produto em todo o período da guerra. Entretanto, entre 1917 e 1920, antes que se manifestassem os efeitos da crise internacional de 1921, ele já estava colocado como o principal produto de exportação do Piauí, seguido do babaçu, do algodão e da borracha. A valorização dos produtos de exportação du-

rante esse período só não atingiu a borracha, que perderia, com a crise de 1913, poder de competir face à produção do sudoeste asiático. O Quadro 2 sistematiza informações sobre esses produtos.

A partir da década de 1920 cresceram as exportações da cera brasileira, embora de forma lenta e com oscilações cíclicas. Os preços médios por tonelada também cresceram e de forma mais que proporcional às quantidades exportadas. Entre 1932 e 1936, por exemplo, o preço da tonelada de cera passou de Cr\$ 2.690,30 para Cr\$ 8.067,20, o que representou acréscimo de mais de 200%. No mesmo período, as quantidades produzidas cresceram apenas 47%.¹¹ O incremento dos preços foi significativo, mesmo em se tratando de valores nominais.

TABELA 1
PRODUÇÃO DA CERA DE CARNAÚBA (em toneladas)
(1925-1939)

Ano	Piauí	Brasil	P/B	Ano	Piauí	Brasil	P/B
1925	1.792	5.219	34,3	1933	3.828	8.559	44,7
1926	2.010	6.122	32,8	1934	2.917	8.059	36,2
1927	2.862	7.350	38,9	1935	2.958	7.785	38,0
1928	3.144	7.735	40,6	1936	4.009	10.676	37,6
1929	3.174	7.225	43,9	1937	4.452	10.527	42,3
1930	2.933	7.940	36,9	1938	3.920	9.924	39,5
1931	3.553	8.321	42,7	1939	4.500	11.476	39,2
1932	3.211	7.262	44,2	-	-	-	-

Fonte: PORTO, 1974, p.122-123.

Como pode ser observado pela Tabela 1, o aumento da produção da cera, tanto no Piauí quanto no Brasil, foi lento, apesar do incremento dos preços, o que é explicável não só

¹¹ PORTO, 1974, p.119 e p. 122, apresenta as quantidades produzidas e os respectivos valores em cruzeiros. Suas informações dizem respeito ao total da produção brasileira.

pela natureza extrativa do produto, dependente da oferta natural de plantas produtoras, mas também pelo caráter rudimentar das técnicas adotadas, de que resultava a baixa produtividade do trabalho do extrator.

Entre os anos de 1925 e 1939, 81,3% da produção da cera brasileira foi exportada para o exterior. Os principais consumidores eram, em ordem de importância, os Estados Unidos, a Inglaterra, a Alemanha e a França. A partir de 1926 diversificaram-se os mercados consumidores.¹²

A década de 1930 foi marcada, no Piauí, por tentativas de regulamentar a exploração da cera de carnaúba. Assim, pelo Decreto n. 1419, de 1932, foi proibido o corte de carnaubeiras vivas, sob pena de aplicação de severas multas. Pelo Decreto n. 33, de 19 de novembro de 1935 proibiu-se a exportação de sementes e mudas de carnaubeiras para outros estados e para países estrangeiros. Tentava-se, ao que parece, evitar a repetição do fenômeno de transmutação, já ocorrido com a hévea.¹³ Não se tem notícia, entretanto, de qualquer ingerência na produção, no sentido de modernizá-la, melhorando os níveis de produtividade. Até essa época, segundo Porto, o principal produtor de cera de carnaúba, no Brasil, era o Ceará. A partir de 1940 essa posição passou a ser ocupada pelo Piauí.

A grande alta sofrida pelos preços internacionais da cera data da Segunda Guerra Mundial e do momento imediatamente posterior. Na fase que nos interessa analisar, a cera ainda não tinha alcançado o seu maior significado na economia do Estado.

A carnaubeira aparece em todo o Piauí, principalmente nas depressões inundáveis dos vales dos rios. Entretanto, as

¹² A cera de carnaúba, face aos seus empregos, encontrava mercado nos países de industrialização mais avançada.

¹³ Em artigo da revista *Visão*, edição de 17 de janeiro de 1971 consta a seguinte informação: "Técnicos ingleses levaram, sementes de carnaúba para Londres, fazendo-as germinar. Plantaram imensos carnaubais em Madagáscar, cujo clima é semelhante ao do Nordeste. Mas não conseguiram resultados: as árvores desenvolveram-se bem, porém não produziram pó cerífero". Apud SOUZA, Antônio José de. *Estudo e coleta de dados sobre a cera de carnaúba*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1974. p.111.

maiores ocorrências estão numa área contígua, que pode ser definida como abrangendo todos os municípios ao norte de São João do Piauí e Floriano, incluindo-os, e o Vale do Gurguéia. Dentro dessa grande área, os principais municípios produtores alternaram-se ao longo do tempo. A planta ocorre, pois, tanto na sub-região semi-árida, quanto nas sub-regiões de transição semi-árida e de transição sub-úmida. Embora a aridez seja uma condição necessária à própria formação do pó cerífero, a árvore tem igualmente exigências de solo e água, daí sua maior ocorrência em áreas sujeitas a inundações durante alguns meses do ano.

A título de exemplo, em 1931, os municípios que mais produziram e exportaram cera de carnaúba foram Campo Maior, Altos, Piracuruca, Barras, Floriano e Oeiras.¹⁴

Como nas demais atividades do extrativismo piauiense, as de extração do pó e preparação da cera eram desenvolvidas utilizando-se recursos primitivos. Em todas as etapas, o processo de produção importava em desperdícios: no corte e secagem das palhas, na riscagem, na batedura, na fusão do pó e na coagem da cera.¹⁵ Embora inovações tecnológicas tenham sido posteriormente introduzidas no processo produtivo, as perdas da matéria-prima, no período em estudo, eram significativas. Mesmo na fase áurea da exploração dominaram os processos manuais que, além de implicarem desperdícios, adulteravam a qualidade original do produto. Esses processos resultavam também em perdas no plano ecológico, pelo excesso de cortes a que eram submetidas as carnaubeiras.

Dentre as atividades extrativas desenvolvidas no Piauí, esta foi a que provocou efeitos mais significativos sobre a estrutura econômico-social. As modificações apenas esboçadas na região da borracha ganharam toda sua expressão nas áreas em que houve predomínio da cera de carnaúba. Esses efeitos foram mais profundos nas regiões em que, além da produção da cera, a coleta do babaçu teve expressão econômica.

¹⁴ BORGES, Geraldo Almeida. *Piauí provincial (1855-1867): exportação e desenvolvimento*. Teresina: Fundação CEPRO, 1979. p. 33.

¹⁵ Para a descrição do processo produtivo, ver PORTO, 1974, p.114-116; CASTELO BRANCO, Renato. *O Piauí: a terra, o homem, o melo*. São Paulo: Livraria Quatro Artes, 1970. p. 127-138.

A partir da década de 1920 e até os anos cinquenta, o impacto dessa atividade foi tão significativo que resultou em modificações não só no plano econômico, como também no social e demográfico. Evidentemente, não é possível, no âmbito deste trabalho, analisar em profundidade tais mudanças, o que significaria a necessidade de recorrer não só a outras fontes, mas a procedimentos metodológicos distintos. Araújo, em *O rastro da carnaúba no Piauí*, foi quem mais avançou nessa perspectiva, ao analisar não só a dinâmica das áreas produtoras na fase áurea da extração da cera, mas também o processo de involução dessas áreas, resultante da perda de competitividade do produto no mercado externo. Se na fase de ascensão dos preços dinamizou-se o comércio, intensificaram-se as importações, cresceram as cidades, remunerou-se melhor a mão-de-obra trabalhadora, a sua redução induziu a ociosidade dos fatores de produção. Essa situação foi agravada pelo fato de não terem sido feitas inversões de caráter produtivo no sentido da exploração de outros produtos. O abandono da agricultura de subsistência resultou em perdas de médio e longo prazos no conjunto da economia. Estas foram algumas das conclusões apontadas pelo trabalho referido.¹⁶

Os efeitos da atividade de produção da cera sobre a estrutura econômico-social do Piauí foram múltiplos e devem ser considerados sob várias óticas. No curto prazo, significou, pela renda adicional gerada, desafogo econômico-financeiro para a população nela empregada, quer de forma direta, quer indireta. Na medida em que os altos preços alcançados pela cera possibilitavam o acesso à renda¹⁷ a uma grande parcela da população, representada pelos intermediários nos vários níveis de comercialização, pelos proprietários de carnaubais, pelos arrendatários, pelas diversas categorias de trabalhado-

¹⁶ ARAÚJO, José Luís Lopes de. *O rastro da carnaúba no Piauí. Almanaque da Parnaíba*. Teresina, 60 ed., p.100-104, 1985.

¹⁷ Nesse tipo de economia, em vista das formas assumidas pela comercialização, a parte da renda apropriada pelos trabalhadores não necessariamente assume a forma monetária. Dado o sistema de fornecimentos vigente na áreas produtoras, os salários são apenas contabilizados, fazendo-se a maior parte dos pagamentos, de fato, em mercadorias.

res – vareiros, apanhadores, batedores e outros, o efeito multiplicador da atividade se fazia sentir sobre outros setores da economia, principalmente o terciário, estimulando o comércio e a prestação de serviços.

Não é possível, no âmbito deste trabalho, precisar a participação das diversas categorias de trabalhadores na apropriação da renda gerada nessa economia, desde que a resposta a tal questão exigiria pesquisa teórico-empírica bastante complexa. Adiante-se, entretanto, que a comercialização era a instância privilegiada quanto ao processo de apropriação e acumulação.

A médio prazo surgiram efeitos de outra natureza no âmbito da economia. Por exemplo, uma estreita dependência, tanto do setor privado quanto do setor público, ao desempenho das exportações. Na década de 40, quando do auge das exportações, as receitas públicas chegaram a ser compostas, em cerca de 70%, de impostos cobrados sobre a cera. Esta situação evidencia a extrema vulnerabilidade do Estado face às crises do produto, constituindo um estorvo ao bom andamento da administração pública.

Como já foi referido, as transformações econômico-sociais advindas com a extração da cera não se limitaram ao aumento da renda gerada, à maior intensificação da circulação monetária e ao aprofundamento da integração do Piauí às linhas do comércio nacional e internacional. A valorização súbita e crescente das terras com carnaubais provocou mudanças que resultaram na emergência de novos grupos sociais, formados principalmente por possuidores de carnaubais – antes sem valor econômico – e intermediários na comercialização. O padrão de riqueza modificou-se e, ao lado dos fazendeiros, surgiram os novos ricos dos carnaubais.

A hipótese de que essa exploração teria contribuído para a concentração de terras no Estado, embora ainda não devidamente comprovada, é bastante plausível, não só por obedecer à lógica do processo de acumulação numa área extrativa, mas também em face das poucas alternativas de emprego dos recursos gerados.

Há indicações de que as modificações havidas quanto

à estrutura produtiva resultaram em perdas para a agricultura de subsistência.¹⁸ Ao remunerar os fatores de produção de forma absolutamente desigual, se comparada à tradicional atividade agropecuária, a cera teria atraído a maior parte dos recursos do sistema, o que teria resultado no abandono principalmente da atividade agrícola de subsistência, desestimulando investimentos em qualquer outro setor produtivo.

Se, a curto prazo, a população não se ressentiu dessa distorção da economia, desde que dispunha de recursos financeiros suficientes para a aquisição de bens alimentares e manufaturados necessários à sua sobrevivência, esses efeitos tornaram-se importantes a médio prazo, quando ficou claro que os recursos gerados na extração de cera haviam sido alocados apenas em gastos de consumo, de natureza improdutivo. Não haviam sido criados mecanismos capazes de orientar a economia no sentido de uma dinâmica interna, própria.

Dessa forma, modificadas as condições de demanda, a atividade entra em decadência e o que resta ao Piauí é o aprofundamento da dependência, agora também às importações, inclusive de alimentos, e a desorganização das finanças públicas.

A valorização dos produtos do extrativismo piauiense determinou, durante as décadas de 1920, 30 e 40, fases de equilíbrio orçamentário para o Estado, gerando expectativas de continuado progresso. Entretanto, mesmo durante esta fase definida como de prosperidade, a dependência financeira do Estado ao desempenho da cera e de outros produtos era total.

A euforia propiciada pelo extrativismo coincidiu com a vigência dos governos autoritários da fase getulista, inclusive do Estado Novo, quando os resultados orçamentários favoráveis eram capitalizados em favor do governo. O bom desempenho das exportações era atribuído à benéfica influência dos métodos introduzidos pela Revolução de 30 e continuados no Estado Novo.¹⁹

¹⁸ ARAÚJO, 1985, p. 14-16; PORTO, 1974, p. 118.

¹⁹ A ADMINISTRAÇÃO Leônidas Melo no Piauí. Rio de Janeiro: Indústrias Gráficas Luxo, 1943. p. 24.

Apesar das crises, o discurso público definia o Piauí como em excelente situação econômico-financeira, o que era comprovado pela evolução da receita orçamentária.²⁰ Além das crescentes receitas do extrativismo, o clima patriótico e centralizador do período getulista, principalmente durante o Estado Novo, contribuía para dar esse teor ao discurso do governo. Entretanto, no próprio bojo daquela exposição otimista, estavam claros os limites da prosperidade piauiense. Em referência ao resultado do exercício de 1942, afirmava-se que o Piauí viu interrompida a marcha ascensional de sua receita, só não sofrendo verdadeiro colapso econômico graças às providências enérgicas adotadas pelo Governo do Estado.²¹

Tomando esse período, de forma exemplificativa, o que se quer reforçar é a instabilidade das receitas públicas, dependentes na sua maior parte do desempenho de um único produto no mercado externo. Assim, todos os momentos de crise do extrativismo foram, igualmente, momentos de dificuldades financeiras para o Estado. Mesmo no apogeu do extrativismo, as receitas auferidas só eram suficientes para manter em funcionamento a máquina administrativa e para a realização de obras públicas indispensáveis ao exercício das funções públicas.

Como os ganhos propiciados pela cera não resultaram em inversões produtivas que viessem a possibilitar mudanças profundas, no sentido do desenvolvimento econômico, o declínio do extrativismo significou o colapso da autonomia financeira do Piauí. A partir da década de 50, o Estado estava pronto a adequar-se ao processo de centralização do Governo Federal e a subordinar-se à sua dependência. Inaugurava-se nova fase não só da economia, marcada internamente pela decadência do extrativismo, mas também da história do Piauí.

5.3 Babaçu

²⁰ A evolução da receita pública no período pode ser vista em PORTO, 1974, p. 156-157. Consultar igualmente A ADMINISTRAÇÃO..., 1943, p. 11.

²¹ A ADMINISTRAÇÃO..., 1943, p. 132.

As primeiras exportações da amêndoa do babaçu do Piauí datam do início do século XX, mais precisamente de 1911. O mercado consumidor era a Alemanha. Segundo Porto, no contexto da guerra, as exportações de amêndoas foram realizadas principalmente para o mercado interno. Terminado o conflito mundial, houve uma ativação do comércio externo, com a entrada de outros países no mercado consumidor.²²

Quer a demanda fosse de origem interna, quer externa, entre 1917 e 1920 o babaçu contribuía junto aos cofres públicos do Piauí com impostos em valores superiores ao algodão e à borracha, tendo à sua frente, como gerador de receita, apenas a cera de carnaúba (Ver Quadro 2). Os preços ainda não eram altos, mas suficientes para propiciar a organização econômica da exploração. A partir da Primeira Guerra, a coleta do babaçu e a extração da cera de carnaúba passavam a ser as atividades econômicas mais importantes do Estado.

Se, no caso da cera, a dinâmica de seu comércio estava vinculada às exigências do mercado externo, os condicionantes do desenvolvimento da economia babaçueira foram outros.

Na tentativa de compreensão desse processo no Meio-Norte, Melo identificou 3 fases distintas:

a) uma fase preliminar, que o autor propõe iniciada durante a Primeira Guerra Mundial, na qual a economia do Meio-Norte teria passado a contar com certo acréscimo representado pela comercialização do babaçu;

b) o primeiro grande momento, que seria o da integração do babaçu ao sistema econômico regional e que se caracterizaria pela implantação de um parque extrator de óleo e de industrialização de derivados no centro-sul;

c) o segundo grande momento, que corresponderia ao deslocamento do referido parque extrator para os estados nordestinos produtores da oleaginosa.²³

²² PORTO, 1974, p.156-157.

²³ MELO, Marlo Lacerda de. *O Meio-Norte*. Recife: SUDENE, 1983. p.138-140.

Melo não é preciso quanto à cronologia dessas fases. Em termos gerais, o esquema é adequado à interpretação da história comercial do babaçu, embora requeira algumas informações adicionais.

Martins et al, analisando o caso do Piauí, consideram que a colocação da amêndoa no mercado internacional teria cessado por volta de 1950 e que a partir dessa década o consumo do centro-sul teria permitido a continuidade das exportações. Acrescentam que essa circunstância teria dado ao babaçu maior estabilidade de mercado.²⁴ É sabido que isso não ocorreu quanto aos demais produtos do extrativismo piauiense.

Face aos interesses restritos desta pesquisa, não é possível avaliar até que ponto os dois esquemas propostos estão adequados à história do babaçu no Piauí.

Embora seja possível apresentar uma série contínua no que se refere à exportação do babaçu do Piauí, optou-se por selecionar alguns períodos.²⁵ Entende-se que a discussão da natureza da inserção do produto na economia pode ser feita a partir de cortes temporais que seriam representativos de períodos mais amplos.

A análise do período 1926-1931 permite verificar a influência da crise de 1929 sobre a comercialização, quando o mercado europeu era importante consumidor do babaçu. Outra tendência detectada nesse período foi a do crescimento da exportação de derivados, evidência de que, já na década de 1920, ocorriam tentativas de industrialização local de amêndoa. A observação dos preços médios por tonelada²⁶ põe em relevo uma fase de declínio dos mesmos. Os preços da matéria-prima, no caso a amêndoa, tiveram redução mais acentuada que os do

²⁴ MARTINS, Agenor de Sousa et al. *Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento*. Teresina: Fundação CEPRO, 1979. p. 56.

²⁵ Publicam as quantidades produzidas e/ou exportadas do babaçu, dentre outros: PORTO, 1974, p.133-139; MARTINS et al, 1979, p.55; SANTOS, Antônio de Pádua Silva dos. *Estudo sócio-econômico dos principais produtos do extrativismo vegetal do Piauí: babaçu*. Teresina: Fundação CEPRO, 1979. p.35.

²⁶ Trata-se, no caso, dos preços médios oficiais, ou seja, os preços em que a Fazenda Estadual se baseava para proceder à cobrança dos impostos. Esses preços eram, via de regra, inferiores em pelo menos 1/3 aos preços comerciais.

QUADRO 3
ESTADO DO PIAUÍ
EXPORTAÇÃO DO BABAÇU*
(1926 - 1931)

Ano	Quantidade (ton.)		Valor (em contos de réis.)		Preços médios (ton.)	
	Amêndoa	Derivados	Amêndoa	Derivados	Amêndoa	Derivados
1926	8.360	124	7.548	87	0,903	0,702
1927	13.077	371	10.615	66	0,812	1,798
1928	11.246	961	9.900	1.655	0,880	1,722
1929	6.112	1.162	4.425	1.847	0,724	1,590
1930	7.294	1.117	4.186	800	0,574	0,716
1931	9.772	1.466	5.830	1.466	0,600	1,000

Fonte: BORGES, 1978, p.40.

* Pelo Porto de Parnaíba.

As estatísticas consultadas não permitem analisar a participação do mercado interno no consumo da amêndoa. Segundo Borges, em 1930, os mercados consumidores eram, no exterior, a Alemanha, a Holanda, Portugal e Dinamarca. Os derivados, no mesmo período, eram totalmente voltados para o atendimento da demanda interna.²⁷ Nesse período, tanto do ponto de vista das quantidades, quanto dos valores, o babaçu só era superado, como produto de exportação, pela cera de carnaúba.

Durante a segunda metade da década de 1930 e no contexto da Segunda Guerra Mundial, cresce o interesse americano pelo produto, assim como acontecera com relação à cera de carnaúba. Essas décadas marcaram o auge da produção extrativa do Piauí com base nesses dois produtos.

²⁷ BORGES, Geraldo Almeida (Coord.). *História político-administrativa da agricultura do Piauí: 1850-1930*. Teresina: Fundação CEPA, 1978. p.38.

6 CONCLUSÕES GERAIS

As atividades econômicas desenvolvidas no Piauí desde o início da colonização têm confluído no sentido da consolidação de certos traços básicos. Dentre esses traços, a extrema concentração de riqueza e, por conseqüência, do poder. Essa riqueza se expressa, em grande parte, na posse da terra, seja em fazendas de criação extensiva de bovinos, seja nas áreas imensas de exploração extrativa – e se tem realizado por meio da utilização, tão intensiva quanto necessária, da mão-de-obra permanentemente disponível para o desempenho das diversas atividades produtivas. A gerência da força de trabalho tem sido concretizada na medida do controle ou da posse da terra, e mesmo das possibilidades de sua apropriação.

As formas de exploração econômica foram adaptadas às peculiaridades da produção dos diversos gêneros ao longo do tempo. Prevaleceram, no âmbito dessa economia, características básicas e comuns, que podem ser expressas na forma seguinte: baixo nível tecnológico e, portanto, baixa produtividade do trabalho; pequena divisão técnica e social do trabalho, inclusive com o emprego simultâneo da mão-de-obra em diferentes tipos de exploração; adaptação de novas atividades às estruturas econômica e social pré-existentes; alterações pouco significativas no quadro econômico e social; pequena expressividade do mercado consumidor interno, em vista da relativa auto-suficiência das unidades econômicas; dependência acentuada, durante a primeira metade do século XX, aos mercados consumidores externos, no que se refere às exportações

e tendência ao aumento das importações; concentração dos resultados líquidos do trabalho, ou seja, os lucros ficavam nas mãos de um número reduzido de pessoas.

Durante a segunda metade do século XIX, as atividades agrícolas e pecuárias, na forma como foram desenvolvidas, não se mostraram capazes de possibilitar mudanças econômico-sociais de peso, como ocorreu, no mesmo período, em determinadas áreas do centro-sul. A pecuária e a agricultura de subsistência não apresentaram quaisquer sintomas de mudança estrutural. Ao contrário, definiu-se um processo de atrofia progressiva, manifesto na ausência de inovações tecnológicas, na falta de abertura de novas fontes econômicas complementares e, fundamentalmente, na decadência da base tradicional, a pecuária, que acentuava cada vez mais seu caráter de atividade de subsistência.

Numa economia como a brasileira, cujo indicador de crescimento era a maior integração possível ao mercado internacional, o Piauí consubstanciava o exemplo acabado de retrocesso, vez que essa integração não era efetivada. Ao mesmo tempo, a Província perdia rapidamente a posição até então assumida no mercado regional como um dos principais exportadores de gado em pé.

Com a passagem do século, ocorreram alterações conjunturais na economia piauiense. Foi a fase das maiores exportações da borracha de maniçoba, atividade que marcou o início da integração do Estado ao mercado mundial, de uma forma contínua, inaugurando novo período da história econômica do Piauí, agora centrado no consórcio pecuária-extrativismo.

Com a extração da borracha, ficaram evidentes as linhas gerais do modelo que veio a prevalecer nas décadas seguintes, tanto no que concernia às formas de produção, quanto à natureza e aos limites da integração com o exterior e mesmo ao papel assumido pelo Estado.

Do ponto de vista econômico, a borracha operou transferência de recursos em nível do sistema, principalmente para os comerciantes e os possuidores de terras com maniçobais. Dinamizou-se o processo de valorização e mercantilização da terra e cresceram as dificuldades quanto ao aproveitamento de

áreas com reservas potencialmente exploráveis.

As modificações não foram apenas econômicas, mas igualmente sociais e demográficas. Se, no início e na fase de pico dessa exploração, houve absorção de mão-de-obra, inclusive originária de outros estados, posteriormente, na medida de sua decadência, essa mão-de-obra ociosa desempenhou papel importante na deflagração dos conflitos sociais nessas áreas produtoras.

A redução da produção de gêneros agrícolas e o aprofundamento da dependência do Estado à importação de alimentos dos estados vizinhos tiveram início nessa época. A ocorrência de crises periódicas de escassez de alimentos e considerável elevação de seus preços conviveram com a produção da borracha.

Da mesma forma que ocorreu com a cera de carnaúba e o babaçu, a exploração da maniçoba também contribuiu para o desbravamento e o povoamento de extensas áreas subpovoadas do Piauí. Essas atividades, na medida em que foram se desenvolvendo, ocuparam não só o semi-árido, mas também faixas de transição semi-árida e sub-úmida. Tais atividades transformaram algumas regiões em áreas de atração do povoamento, recebendo população inclusive dos estados vizinhos.

No que se refere à maniçoba, ainda de forma mais acentuada que relativamente aos demais produtos, a intervenção governamental limitou-se à montagem de infra-estrutura fiscal compatível com as exigências de manutenção do poder público. Medidas de real interesse quanto ao aperfeiçoamento e à manutenção da atividade produtiva não chegaram a ser implementadas. Os projetos, alguns parcialmente executados, não apresentaram quaisquer resultados práticos.

A estrutura básica presente na extração da borracha, em aspectos como a organização da produção, os mecanismos de exploração da força de trabalho, os sistemas de comercialização e a dependência aos demais estados para o escoamento da produção, vai adquirir sua forma acabada com a exploração da cera de carnaúba.

A integração da economia piauiense ao contexto interna-

cional é um fenômeno do século XX. Entretanto, dada a grande expressão assumida por um só produto no conjunto das exportações, essa economia tornou-se vulnerável e dependente. É sabido que os mecanismos de exercício de influência sobre os mercados consumidores sempre tiveram pouco peso nesse tipo de economia. No caso do Piauí, quando as condições eram aparentemente favoráveis aos seus produtos, como durante a Segunda Guerra Mundial, o poder de barganha do Brasil era sensivelmente reduzido. A aprofundar essa dependência estavam os efeitos das políticas econômicas nacionais, via de regra voltadas para o interesse particular de alguns estados e subordinadas também às injunções externas.

É notória, na história econômica do Piauí, a falta de concretização de medidas visando à melhoria da posição dos seus produtos nos mercados interno e externo, seja pela redução dos preços de produção, seja por uma política de subsídios que os barateasse no exterior. O que se observou foi que as políticas – de caráter eminentemente fiscal – apenas tinham como objetivo a manutenção da máquina administrativa do Estado.

Apesar das especificidades locais e das diversas conjunturas porque passou a atividade extrativa do Piauí ao longo da primeira metade do século XX, pode-se afirmar que o panorama econômico-social não resultou expressivamente diferenciado por sub-regiões. Nas áreas de dominação do extrativismo da cera e do coco do babaçu, a integração à economia de subsistência pré-existente resultou em características similares às observadas nas áreas de exploração mais intensiva da borracha.

Muitas características aparecem comuns, ao longo de sua história – a relação com a terra, as formas dominantes da comercialização, a atração e relativa concentração demográfica, a instabilidade dos mercados e dos preços, as expectativas irrealistas quanto ao desempenho dos produtos, a ingerência fiscal do Estado, a relevância desses gêneros como geradores das receitas públicas, a mobilidade sócio-econômica dos detentores de recursos, enfim, há uma caracterização que é própria do Piauí e não apenas de cada área produtora em particular.

Como as áreas de ocorrência das carnaubeiras são, em extensos domínios, igualmente áreas de ocorrência dos babaçuais, é provável que alguns efeitos do extrativismo sejam mais nítidos nessas regiões. Entretanto, esse grau de especificidade não pode ser definido apenas nos limites deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí*. Teresina: COMEPI, 1981.

ARAÚJO, José Luís Lopes de. O rastro da carnaúba no Piauí. *Almanaque da Parnaíba*. Teresina, 60 ed., p.100-104, 1985.

A ADMINISTRAÇÃO Leônidas Melo no Piauí. Rio de Janeiro: Indústrias Gráficas Luxo, 1943.

BORGES, Geraldo Almeida (Coord.) *História político-administrativa da agricultura no Piauí: 1850-1930*. Teresina: Fundação CEPA, 1978.

BORGES, Geraldo Almeida. *Piauí provincial (1855-1867): exportação e desenvolvimento*. Teresina: Fundação CEPRO, 1979.

BRAZIL, Thomaz Pompeu de Sousa. Maniçoba. In: O CEARÁ no centenário da Independência do Brasil. Fortaleza: Minerva, 1926.

CASTELO BRANCO, Renato. *O Piauí: a terra, o homem, o meio*. Rio de Janeiro: Livraria Quatro Artes, 1970.

CHAVES, Joaquim (Pe.). *Como nasceu Teresina*. Teresina: [s.n.], 1971.

DODT, Gustavo. *Descrição dos rios Parnaíba e Gurupi*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

ESPINOLA JÚNIOR, Manuel José. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Piauí no dia 1º de julho de 1870*. Teresina: Tipografia da Pátria, 1870.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 14. ed. Rio de Janeiro: Ed. Nacional, 1976.

LIMA, Milcíades Gadelha de et al. *Projeto Delimitação e Regionalização do Brasil Semi-árido*. Teresina: CNPq, SUDENE, FUFPI, 1985.

LIMA REBELLO, José Pires de. *A indústria da borracha no Estado do Piauí*. Rio de Janeiro: Superintendência da Defesa da Borracha, 1913.

MARTINS, Agenor de Sousa et al. *Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento*. Teresina: Fundação CEPRO, 1979.

MELO, Mário Lacerda de. *O Meio-Norte*. Recife: SUDENE, 1983.

NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. v.4.

NUNES, Odilon. *Depoimentos históricos*. Teresina: COMEPI, 1981.

PORTO, Carlos Eugênio. *Roteiro do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 19.ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

QUEIROZ, Teresinha. *A economia piauiense de 1850 a 1950*. In: LIMA, Milcíades Gadelha de et al. *Projeto Delimitação e Regionalização do Brasil Semi-árido*. Teresina: CNPq, SUDENE, FUFPI, 1985.

QUEIROZ, Teresinha. *A importância da borracha de maniçoba na economia do Piauí: 1900-1920*. Teresina: APL, EDUFPI, 1994.

SANTOS, Antônio de Pádua Silva dos. *Estudo sócio-econômico dos principais produtos do extrativismo vegetal do Piauí: babaçú*. Teresina: Fundação CEPRO, 1979.

SOUSA, Antônio José de. *Estudos e coleta de dados sobre a cera de carnaúba*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1974.

SOUZA, Bernardino José de. *Corografia do Estado do Piauí*. Parnaíba: Tipografia Bastos, 1913.

O objetivo principal deste texto é sistematizar informações relativas ao desenvolvimento da economia piauiense entre os meados do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Além disso, pretende-se ampliar o estudo das bases econômicas do Estado, mostrando a complexidade que essa estrutura vai atingindo, ao longo do tempo, para além da economia centrada apenas na pecuária.

ISBN 857463146-9

